

O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL (PET) NO CONTEXTO DA CRISE ECONÔMICA BRASILEIRA

Cecilia Resende Carvalho¹
Renan de Oliveira Barros²
Emilson Pereira dos Reis³
Layane Batista de Araújo⁴
Hyara Maria Holanda de Sousa⁵

Resumo: Sob a égide de um modelo educacional com viés altamente arcaico e dogmatizante, novas maneiras de se questionar e alavancar o ensino universitário vêm surgindo, destacando-se o Programa de Educação Tutorial, cuja matriz principiológica está alicerçada na democratização do ensino superior. O PET, como um programa governamental busca fomentar ensino, pesquisa e extensão, e tem como estratégia a construção de uma prática educacional pautada na integralidade do conhecimento. Nesta ótica, a proposta deste trabalho é analisar a historicidade do Programa em âmbito geral e local, para estabelecer premissas que reportem a situação de crise na qual vive o país e, conseqüentemente, o PET. Desde sua criação, na qual já se passaram mais de uma década, o PET vem procurando se adequar às novas nuances advindas do cenário político e econômico e se apresenta como um programa diferenciado que contribui no alcance da excelência na formação acadêmica pela atuação competente, comprometida e responsável de seus integrantes.

Palavras-chave: Educação Tutorial. Ensino. Pesquisa. Extensão. Formação Universitária.

PROGRAM TUTORIAL EDUCATION (PET) IN THE CONTEXT OF THE ECONOMIC CRISIS AND BRAZILIAN POLICY

Abstract: Under the aegis of an educational model with highly archaic biases and dogmatizante new ways to question and leverage university education have emerged, among them stands out the Programa de Educação Tutorial whose principled matrix is based on the democratization of education higher. PET, as a government program that seeks to promote teaching research and extension, is main strategy to build an educational practice based on integrity of knowledge. In this light, the aim of this study is to analyze the historicity of the PET in general and local level to then make assumptions to report the crisis situation in which the country lives and consequently the program. Since its creation in which it's been more than a decade the PET has sought to adapt to new nuances resulting from the political and economic scenario and presents itself as a differentiated program that contributes to the achievement of excellence in academic training by the competent performance commitment of its members.

.Keyword: Tutorial Education. Teaching. Research. Extension. University Formation.

¹ Professora Titular, Doutora Departamento de Nutrição - Tutora do Programa de Educação Tutorial da Universidade Federal do Piauí

² Estudante do Curso de Direito, bolsista do Programa de Educação Tutorial – Universidade Federal do Piauí

³ Estudante do Curso de Direito, bolsista do Programa de Educação Tutorial – Universidade Federal do Piauí

⁴ Estudante do Curso de Direito, bolsista do Programa de Educação Tutorial – Universidade Federal do Piauí

⁵ Estudante do Curso de Serviço Social, bolsista do Programa de Educação Tutorial – Universidade Federal do Piauí

INTRODUÇÃO

Criado na década de 70 sob a alcunha de "Programa Especial de Treinamento" (PET), foi somente no ano de 2004 que o PET passou a ser identificado como é reconhecido atualmente: Programa de Educação Tutorial. Com essa inovação, o Programa amplia seu campo de ação e permite avançar na busca de alternativas que favoreçam o processo de democratização da educação superior na universidade pública brasileira.

A institucionalização do PET proporciona a consolidação de um trabalho tutorial de aprendizagem em favor da diversidade e sempre guiado pelos princípios basilares do ensino, pesquisa e extensão (MÜLLER, 2003). Com isso, o programa passa a ser responsável pela melhoria da qualidade dos cursos de graduação, bem como, implicaria na qualidade desses futuros profissionais no mundo do trabalho (SOUSA; GOMES JÚNIOR, 2015).

No entanto, considerando o contexto político e econômico atual do Brasil, nota-se que apesar do entusiasmo assumido com as ações do PET, a fragilidade na condução das políticas governamentais no campo educacional e, de forma específica, na educação superior continua a existir. Tal fato se torna ainda mais perceptível e digno de discussão no ano de 2016, uma vez que a lei que regulamenta o PET recentemente completou uma década de existência em meio a uma crise política e econômica que assola o país e tende a dirimir os já escassos recursos destinados à educação.

O objetivo desta pesquisa consiste em discutir a eficácia das normas instituidoras do Programa de Educação Tutorial. Questiona-se, por meio deste trabalho, se o poder público tem executado políticas que levem as legislações fundadoras do PET a cumprir sua função social de estímulo à pesquisa, ensino e extensão no ambiente acadêmico brasileiro. A ideia é refletir sobre a atuação do PET diante do cenário político e econômico do Brasil, identificar os reais impactos que esse programa atinge na vida dos estudantes e tutores e destacar a importância do programa para a educação superior.

Origem e evolução do PET

O incessante desenvolvimento científico-tecnológico observado no mundo contemporâneo impõe ao profissional a necessidade de estar preparado para as diferentes situações e desafios do mundo do trabalho. Nesse sentido, é que, no âmbito das universidades, percebe-se o interesse em um processo educacional apto a formação do indivíduo de maneira integral. Mais que isto, como aponta Mazzilli (2011), afirmando a necessidade de superação do

modelo técnico-instrumental vigente para inovações pedagógicas que demarquem o papel social da universidade brasileira na consolidação de um projeto de sociedade.

A aquisição de conhecimentos, habilidades e competências dependem de um ensino que faça a ponte entre a teoria e a prática, ligando ciência e trabalho. O Ensino Superior no Brasil tem se guiado pelo paradigma linear e cartesiano, que dissocia o pensamento e a ação; a falta de contato com a realidade parece ser acentuada. Os professores, no esforço de conduzir os alunos a aprender, em geral, dão importância ao conteúdo em si, e não à sua interligação com a situação da qual emerge, gerando a dissociação entre teoria e prática. (PELEIAS *et al.*, 2011).

Para enfrentar os desafios surgidos em prol da qualidade da formação acadêmica, diferentes estratégias e novos modelos de aprendizagem vêm se concretizando nas universidades brasileiras. Tais mecanismos buscam estimular o desenvolvimento de habilidades e competências humanas marcadas pelo compromisso ético e reflexivo, não apenas uma formação voltada ao desenvolvimento das capacidades técnicas e científicas (GRILO, 2002). Nessa perspectiva, o processo ensino-aprendizagem implica em trilhar uma lógica de movimento entre educador e educando que possa superar a construção do conhecimento como a simples transmissão de um conteúdo específico (JÓFILI, 2002). Como diz Paulo Freire (1996), “quem ensina aprende ao ensinar. E quem aprende ensina ao aprender”. Como proposta, procura-se orientar esta abordagem por meio de uma aprendizagem ativa e que estimule o pensamento reflexivo e crítico, numa atitude de respeito mútuo e reconhecimento da formação do ser humano como um sujeito aprendente (BECKER, 2003). Portanto, a nova conjuntura sócio-política mundial exige uma reconstrução do atual modelo educacional, voltado sob uma perspectiva pluralista e autônoma com base na cooperação, na ética e na responsabilidade que tanto oportuniza uma maior completude na formação acadêmica dos alunos, quanto da comunidade docente.

Uma das estratégias para a superação dessas mudanças foi a institucionalização de políticas em favor da diversidade na universidade pública brasileira, a exemplo do Programa de Educação Tutorial (PET), criado para complementar a perspectiva convencional de educação centrada principalmente na memorização de fatos e informações, e auxiliar na independência dos estudantes em relação à administração de suas necessidades de aprendizagem (PET, 2011). O programa busca propiciar condições para os discentes realizarem atividades extracurriculares envolvendo o ensino, pesquisa e extensão de forma indissociável, atendendo o que dispõe o

artigo 207 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). Mais que isso, com o advento da lei 10.172, de meados de 2001, que instituiu o Plano Nacional de Educação, se estabelece como premissa maior na integração das três vertentes do plano universitário passando, então, a possuir repercussão legal e a gerar efeitos na realidade sócio educacional (HERMIDA, 2006).

Contudo, quando da concretude desses dispositivos normativos, evidencia-se uma realidade ainda distante de conceber a construção dessas competências, mesmo estando previsto na legislação. As dificuldades de fazer esse princípio acontecer são evidenciadas na visão tricotômica pela qual o ensino, a pesquisa e a extensão se convertem em atividades próprias, dotadas de distintos *status* acadêmicos.

Finda estas discussões preliminares, certo é que, a partir dos anos 70, a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) instituiu o PET, criado e implantado em 1979 com o nome de Programa Especial de Treinamento (NEVES, 2003). Duas décadas depois teve sua gestão transferida para a Secretaria de Educação Superior – SESu do Ministério da Educação. Em 2004 ocorreu outra modificação e a sigla PET, que até esta data significava Programa Especial de Treinamento, passa a ser identificado como Programa de Educação Tutorial (TOSTA et al., 2006).

O grupo PET, em sua acepção filosófica, é constituído por um grupo de alunos vinculados a um curso de graduação para desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão sob a orientação de um professor tutor que visa oportunizar aos estudantes participantes a possibilidade de ampliar a gama de experiências em sua formação acadêmica e cidadã. Desta forma, o Programa foi criado tendo em seus pressupostos o objetivo de contribuir com experiências que promovam a elevação da formação acadêmica dos alunos de graduação em nível de excelência, otimizando o processo de ensino-aprendizagem na educação superior (PET, 2011).

No tocante à sua natureza convencional, o PET caracteriza-se pela formação de grupos específicos, vinculados em apenas um curso de graduação, oficialmente instituído pela Lei 11.180/2005 e regulamentado pelas Portarias n.2.285/2005, n.1.632/2006 e n.1.046/2007. Já na sua nova modalidade, implantada pelo MEC em 2010 e regulamentada pela portaria 976 do MEC, publicada no D.O.U de 28/07/2010, o PET traz um caráter diferenciador: a integração de graduandos de diversos cursos que instrumentalizam os grupos para garantir uma formação pluralista.

No campo institucional, a seu turno, os resultados caminham em direção uníssona de modo a permitirem novas colorações ao PET, ocorrendo uma maior dinamização do vínculo acadêmico-administrativo com as Instituições de Ensino Superior, por meio de suas respectivas Pró-Reitorias de Graduação (MARTINS, 2007). Constitui-se numa nova guinada na educação tutorial, sobretudo na sua prática social, na qual o PET passa a ser elemento indissociável da graduação.

O PET, ao desenvolver ações articulando conjuntamente as atividades acadêmicas no ensino, na pesquisa e na extensão, possibilita uma formação global do aluno, tendo em vista a deficiência deste tripé nas atividades regulares dos cursos de graduação. Ainda contribui com a inclusão de novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior; com a atuação dos seus integrantes como agentes multiplicadores, disseminando ideias e práticas inovadoras; estimula o espírito crítico e a atuação profissional pautada pela cidadania (PET, 2011).

O PET sob uma perspectiva local

Como aludido acima, em cumprimento à Portaria MEC nº 591, de 18 de junho de 2009, oficialmente ocorreu a expansão dos grupos PET vinculados a áreas prioritárias e a políticas públicas de desenvolvimento e de redução das desigualdades sociais. Nesse cenário, surge a modalidade PET Conexões de Saberes, dentre os quais se encontra o PET INTEGRAÇÃO, que tem sua história narrada da forma que se segue.

Após a proposta ser aprovada pelo Ministério da Educação, o PET INTEGRAÇÃO, modalidade interdisciplinar, foi implantado na Universidade Federal do Piauí em novembro de 2010, iniciando suas atividades com o processo seletivo de bolsistas e voluntários, sob coordenação/supervisão de um tutor. Inicialmente os acadêmicos foram selecionados através de edital aprovado pela Pró-Reitoria de Extensão, e só havia na instituição a modalidade de Pets acadêmicos, ou seja, específico para o curso de graduação.

No processo de seleção são escolhidos estudantes de períodos iniciais dos cursos de Ciência da Computação, Direito, Nutrição, Pedagogia e Serviço Social, tomando como base os seguintes critérios: histórico escolar da graduação, disponibilidade de 20 horas semanais, proveniência de escola pública e de espaços populares, além de o candidato não ser beneficiário de outro tipo de bolsa e nem exercer atividade remunerada. Estes novos critérios de avaliação, advindo da nova proposta do PET possibilita que estudantes de baixa renda possam se integrar

melhor dentro do ambiente universitário e, sobretudo, tenham contato com a pesquisa e extensão. Trata-se de uma política educacional diferenciada, voltada para o pluralismo político e para redução das desigualdades sociais, seja no âmbito universitário ou no âmbito das comunidades externas, envolvidas pelas atividades realizadas pelos grupos PETs.

Após essa etapa de seleção, o grupo passa ser formado por 12 bolsistas e voluntários se houver, e por um tutor, responsável pelo planejamento e supervisão das atividades referidas. No caso do PET Integração o grupo é tutorado pela Professora Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho que tem a missão de complementar a formação acadêmica e cidadã dos integrantes desse programa. As atividades são iniciadas, então, a partir de uma metodologia dinâmica, ativa e participativa, envolvendo a formação acadêmica dos estudantes e sua atuação na extensão universitária e em projetos de pesquisa (PET, 2011).

Desde então, o programa vem se estruturando a partir de um conjunto de práticas que se inter-relacionam com atividades dentro e fora da universidade. No âmbito da formação acadêmica, o estímulo à produção intelectual é um dos focos de atuação permanente dos bolsistas, os quais são orientados para a produção do conhecimento científico e cultural, em constantes diálogos com suas experiências, saberes e habilidades adquiridas nas vivências acadêmicas. O objetivo é proporcionar aos petianos condições metodológicas para a elaboração de projetos de pesquisa e/ou de extensão, além de iniciá-los na elaboração de artigos e outros trabalhos acadêmicos.

Para essas atividades são convidados professores da UFPI que a partir de um conjunto de ações ministram cursos/oficinas, contemplando as temáticas: direitos humanos, saúde, tecnologias e políticas de educação. Outras atividades são incluídas, como palestras, seminários, oficinas, grupo de aperfeiçoamento teórico (GAT), reuniões administrativas, planejamentos participativos e avaliação das ações, buscando identificar fragilidades e limitações, para corrigi-las. As demais horas são ocupadas com sessões de estudos, participação em eventos científicos, dentre muitas outras atividades, sempre procurando vincular as ações no ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, procura-se, de certa forma, integrar à formação dos estudantes na pesquisa acadêmica junto aos Programas de Iniciação Científica (PIBIC) e de Pós-Graduação, onde exercem ações coletivas e integrativas. Há também um grande esforço de provocar uma aproximação entre as atividades de extensão com o ensino e a pesquisa a partir de treinamentos, discussão de artigos científicos, aplicação de questionários, construção de banco de dados para análise e posterior produção e disseminação da produção acadêmica e

científica.

As sessões de estudo têm o propósito de compreender o conteúdo dos textos e ao mesmo tempo propiciar vivências, reflexão e discussão sobre os temas explanados, estimulando os alunos ao desenvolvimento de uma postura crítica, podendo contar com a presença de especialistas para auxiliar nas discussões, sempre que necessário. Dessa experiência surgiu o GAT, cujas características marcantes são o aprofundamento de conhecimentos e possibilidades de trocas de experiências entre os integrantes, proporcionando uma formação profissional e pessoal mais completa.

Algumas atividades requerem a participação de todos os membros, enquanto outras são formadas por equipes de trabalho. Mensalmente, define-se um grupo responsável pela elaboração do planejamento para fazer o levantamento e viabilizar a execução das tarefas planejadas anualmente, analisar a necessidade do surgimento de novas atribuições e elaboração de relatórios mensais. O planejamento anual é produzido de acordo com as possibilidades de atuação do grupo no meio social. Assim, se observado que a proposta sugerida no planejamento anual não corresponde mais a demanda da sociedade, sugere-se outra atividade ou uma variação daquela.

A metodologia adotada leva em conta as especificidades de cada petiano e na construção/execução das tarefas são respeitadas as decisões tomadas em assembleias conduzidas com base na pedagogia de problematização e libertação de Paulo Freire (2001) em busca da conscientização dos direitos e deveres de cada membro do grupo. Para isso, foi criado o Regimento Interno do PET INTEGRAÇÃO ratificando o compromisso de todos. É importante destacar que todas as atividades são realizadas com a supervisão da tutora, que também tem a missão de orientar e estimular o pensamento crítico e reflexivo dos petianos para as questões políticas e sociais, bem como para a pesquisa e comunicação científica.

Um atributo que se destaca no PET INTEGRAÇÃO é a interdisciplinaridade de seus componentes e a valorização da participação estudantil de grupos minoritários, com o propósito de alcançar a formação de profissionais mais comprometidos com a sociedade (UFPI/PREX, 2010). As atividades realizadas na comunidade pelos petianos se fundamentam nos eixos da saúde e educação, direitos humanos e cidadania, segurança alimentar e nutricional, identificados a partir dos interesses e necessidades dos atores sociais. Nessa configuração, o aluno tem como desafio possibilitar a população beneficiada pelas ações do PET a socialização do conhecimento e a formação básica para o efetivo exercício da cidadania (CARVALHO et

al., 2013). Busca-se, também, estimular a reflexão e ampliar as formas de participação de todos os interessados, visando à troca de experiências de modo que o conhecimento adquirido no âmbito da universidade possa propiciar oportunidades de transformação da realidade em prol da melhoria da qualidade de vida do público alvo dessas ações, sejam crianças, idosos ou pessoas em situações de vulnerabilidade.

Esse movimento de articulação e socialização do conhecimentos entre os atores da comunidade e os estudantes da universidade, viabiliza a formação de profissionais mais humanizados, dando ao jovem universitário a oportunidade de desenvolver uma nova consciência social, buscando e sugerindo caminhos de transformação para a superação das desigualdades existentes. Como sugere Freire (1982), uma atividade educativa que tenha papel humanizador precisa reconhecer nos seres humanos a capacidade de serem sujeitos históricos, relacionais, dialógicos e criadores de saberes.

Com base no respeito aos saberes populares em articulação com o saber produzido na universidade, é que se estabelece o diálogo capaz de fundamentar a práxis do conhecimento acadêmico em favor da comunidade capaz de desenvolver uma atitude proativa no aluno de graduação. Dessa forma, o ambiente da academia se renova e se amplia, e passa a proporcionar novas competências e habilidades, favorecendo o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa e contextualizada com os desafios atuais.

Certamente essa formação quando adequadamente orientada e monitorada para o trabalho extensionista, apresenta-se como uma possibilidade concreta de construção de uma nova relação entre os universitários e a instituição acadêmica, na troca de saberes sistematizados, acadêmicos e populares, visando não o assistencialismo, mas se caracterizando como uma função acadêmica capaz de compor o pensar e o fazer universitário.

Os projetos desenvolvidos nas comunidades procuraram pautar-se em princípios gerais que norteiam as ações extensionistas, de modo a proporcionar impacto e transformação, interação dialógica, interdisciplinaridade e a indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, reafirmando a extensão como processo acadêmico. Para Freire (1987) uma pedagogia que favorece o diálogo e estimula a conscientização crítica da realidade pode ser construída pelo compromisso, humildade, confiança, amor e entusiasmo entre os envolvidos. Desse modo, a contribuição advinda do trabalho comunitário realizado com base nessas proposições, permitiu uma maior aproximação e fortaleceu o vínculo universidade-comunidade nessa relação

estabelecida. Ainda, proporcionou a troca de saberes e experiências e permitiu a apreensão da realidade vivida, estimulando reflexões e ações visando a melhora e a transformação social.

Para informar aos leitores apresenta-se um breve relato dos principais projetos sociais desenvolvidos junto às comunidades. Nesse contexto, cita-se o projeto que tratou de temas ligados a Educação, Direitos Humanos e Promoção da Saúde, desenvolvido na Vila Parque Iningá, em Teresina-PI, em parceria com o Centro Educacional Santo Antônio. A ideia foi proporcionar aos participantes a oportunidade de compreensão de seus direitos e deveres para a conquista de uma melhor qualidade de vida.

Outro projeto importante foi o “Comunidades populares e o acesso às informações sobre políticas de ingresso e permanência no ensino superior” que envolveu um conjunto de ações socioeducativas para estimular o estudante secundarista oriundo de escola pública a ingressar no ensino superior. Na sequência, outros projetos surgiram como o *Bullying*: em busca da igualdade e da dignidade humana que visa promover encontros de reflexão e debate sobre o *bullying* com alunos, professores e familiares nas escolas municipais periféricas em Teresina. A proposta é contribuir para o processo de conscientização dos participantes sobre as consequências dessa prática negativa, ajudando a identificar situações de relações desiguais de poder. Ao tempo em que se buscam medidas de intervenção que auxiliem na tomada de consciência e revigoração de valores com vistas a um bom convívio social, solidariedade, fraternidade e respeito.

Outra ação que merece destaque é o Projeto Educação jurídica e nutricional na escola, desenvolvido em escola de tempo integral com o objetivo de estimular uma discussão sobre a questão dos direitos e garantias fundamentais e, buscar compreender como o direito humano à alimentação adequada se apresenta nas práticas pedagógicas da escola.

O conhecimento da realidade social proporcionado pela participação nos projetos sociais permitiu aos estudantes, uma atuação de forma indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de uma formação sistêmica complementar, visando a produção do conhecimento para a transformação da realidade, a partir da operacionalização da relação entre a teoria e a prática. Neste contexto, instituiu-se o debate acerca do papel da universidade pública junto aos setores historicamente excluídos, através de outras formas de construção do conhecimento científico-acadêmico, ao potencializar os saberes populares na interlocução entre os saberes e fazeres da universidade e dos atores sociais em diferentes setores da comunidade.

Entre os impactos sociais decorrentes desses projetos destacam-se a mudança de percepção dos participantes, que resultou em alterações no comportamento individual, além da motivação para a formação de lideranças, estimulando o espírito de luta por melhorias e por políticas públicas para solução de questões prioritárias que promovam transformações benéficas para a sociedade.

Em termos de pesquisa, são dois os momentos principais de articulação dessas atividades. Um deles são os seminários de pesquisa e o outro, são os ciclos de avaliação e aqueles relacionados com a construção dos projetos. O seminário de pesquisa, conta com a colaboração de estudantes vinculados aos Programas de Pós-Graduação, em nível de mestrado e doutorado. Nessa etapa, os estudantes são incentivados ao estudo da metodologia da pesquisa científica, elaboração de textos, artigos e projetos, participação e organização de eventos acadêmicos e ao acompanhamento nas defesas de dissertações e teses. O objetivo é proporcionar o amadurecimento intelectual, uma visão crítica e expansiva da realidade estimulando o diálogo político, técnico e científico (CARVALHO et al., 2011).

Os resultados obtidos das pesquisas são apresentados em eventos científicos, publicados em revistas indexadas, relatórios, entre outros documentos ou textos, propiciando a difusão do conhecimento e o enriquecimento acadêmico e científico dos estudantes.

Os petianos, com base nos resultados obtidos com os projetos também elaboram cartilhas, artigos e livros, a exemplo, da cartilha direitos humanos e cidadania, a qual de forma simplificada traz um conjunto de informações e orientações previstas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e de forma didática discute a eficácia e eficiência da legislação em vigor, além da função do poder público diante da realidade local, a partir do diálogo e do trabalho realizado com crianças em um bairro popular de Teresina (CARVALHO et al., 2012). Nessa mesma linha, foi elaborada a cartilha “A pessoa idosa e seus direitos”, fruto da realização de estudo das legislações que regem os direitos da pessoa idosa, bem como de projetos realizados na comunidade e na universidade com o grupo de idosos.

Outro importante produto gerado foi a cartilha sobre informática para idosos, construída junto ao Programa Terceira Idade em Ação (PTIA) da UFPI, que veio auxiliar os idosos a compreenderem melhor e usufruir dessa ferramenta digital em sua vida cotidiana, bem como a cartilha que aborda questões sobre alimentação segura e manipulação de alimentos, desenvolvida com o objetivo de informar sobre os procedimentos a serem seguidos para uma alimentação segura, livre de contaminantes para a obtenção e ingestão de uma alimentação com

qualidade que traga benefícios para a saúde do consumidor (CARVALHO; CAMPOS, 2013). Nesse mesmo movimento, foi construída a cartilha “Conhecendo o ambiente universitário”, que veio apresentar aos calouros e calouras os principais pontos de funcionamentos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Piauí, bem como informar sobre os programas e benefícios disponíveis na instituição para facilitar a trajetória dos estudantes de origem popular (CARVALHO, 2014).

Relativo a essa realidade de produção científica foi organizado o livro “Construindo elos: PET integração e PET Saúde”, em que a parceria firmada com o Pet Promoção da Saúde permitiu ampliar e fortalecer os espaços de diálogos e troca de saberes, otimizando a formação dos acadêmicos. As páginas do livro trazem o protagonismo estudantil nos trabalhos de extensão, relatos de experiências dos estudantes e atores dos cenários do Pet Promoção da Saúde, bem como artigos científicos que traduzem os resultados das pesquisas construídas junto ao Programa de Iniciação Científica (PIBIC) e de outros projetos em nível de Mestrado ou não.

As ações do PET envolvem ainda um conjunto de outras atividades que tem o objetivo de reforçar e ampliar práticas e espaços de diálogos, otimizando a formação dos graduandos e promovendo a articulação entre os diferentes atores sociais no ambiente universitário. Ressalta-se, cada uma dessas diversas atividades traz contribuições significativas para a qualificação da formação dos graduandos em nível de excelência, e se desenvolvem através de uma práxis pedagógica que busca suprir deficiências e superar dificuldades no percurso acadêmico.

Assim, na missão de oferecer ensino de qualidade o PET fortalece a trajetória acadêmica de jovens universitários, propiciando-lhes a permanência na universidade, com qualidade e sucesso, a partir do investimento na formação técnica, científica, política, ética e humanística. Como veremos logo à frente com mais detalhes, os bolsistas cumprem não somente isso, mas abraçaram o Programa com determinação e iniciam uma trajetória diferenciada daquela vivenciada por outros acadêmicos. Tanto é assim, que superam obstáculos, desperta curiosidades e interesse de estarem envolvidos, participando de um movimento em defesa da universidade cada vez mais democrática e moderna.

O fato é que essa vivência no PET revelou resultados magníficos na produção do conhecimento e no reconhecimento da universidade no ensino, pesquisa e extensão. A incorporação desses estudantes suscitou ações e experiências novas vivenciadas, além do desafio de se transformarem, em atores mais crítico e reflexivos.

A realidade do PET na perspectiva de cumprimento de sua função social

Nesse momento, pretende-se estabelecer um diálogo entre a legislação e as ações do PET, procurando refletir sobre os descasos observados na liberação dos recursos a fim de proporcionar o cumprimento efetivo das diretrizes do programa. Nesse sentido, com a aprovação da Lei 11.180/2005 ficou estabelecido que cada Instituição de Ensino Superior receberia, semestralmente, o valor equivalente a uma bolsa por aluno participante a ser aplicado integralmente no custeio das atividades do grupo. Em relação aos recursos destinados para bolsas dos tutores e estudantes, cumpre ressaltar que, ainda insuficiente continuam apresentando os mesmos problemas anteriores de atrasos mensal nos repasses. Dessa maneira, analisando a legislação que regulamenta o PET e sua confrontação com a realidade, percebe-se uma dissonância entre aquilo previsto na lei e o que se observa na prática. A pouca eficácia de tais normas compromete, pois, o crescimento e o sucesso das atividades que deveriam ser desenvolvidas em um projeto como o PET, que promove a integração entre ensino, pesquisa e extensão, mesmo diante das dificuldades e do pouco incentivo do poder público, afetando diretamente a qualidade e o processo de modernização dentro das universidades.

O tema “educação”, historicamente, sempre foi considerado tabu entre os brasileiros. Enquanto os governantes procuram mostrar através de propagandas que o sistema educacional brasileiro está evoluindo, a sociedade sabe que a realidade não corresponde ao *marketing* político: ocupamos uma das últimas posições na maioria *rankings* que comparam a qualidade da educação mundial. Ademais, aponta Boff (2004) que esta realidade ainda convive com a insuficiência de recursos para o financiamento da educação pública, que por vezes ainda são desviados por interesses corporativos, o que constitui verdadeiro descuido com a coisa pública. Tal problema, porém, não é novo. Raul Pompeia em sua obra “O Ateneu” (1995), ainda no século XIX, já denunciava que o sistema educacional do Brasil se encontrava falido.

Ao longo da história do País algumas ideias foram postas em prática para tentar estimular a educação. A implantação do PET é uma dessas tentativas de fazer com que o Brasil dê um passo a mais rumo ao desenvolvimento. Entretanto, percebe-se que as finalidades propostas na Lei nº 11.180 de 2005, que institui o PET, ainda não foram plenamente alcançadas.

O PET conseguiu se expandir até 1996, mas no ano seguinte com o anúncio do governo de cortes na educação, o número de pessoas por grupo passou de 12 para 6. Com a mobilização de bolsistas e tutores, conseguiu-se reverter a redução do número de bolsistas, enquanto outros

cortes continuaram a prejudicar o cumprimento dos objetivos. Como instrumento de fortalecimento do programa cria-se os encontros denominados: Interpet's em âmbito local, Enepets regionais e os Enapet's nacionais, além de outras manifestações de rua em diversas cidades brasileiras.

É pertinente destacar que embora o Programa apresenta muitos pontos positivos é preciso considerar que os grupos enfrentam diversos problemas recorrentes que precisam ser corrigidos. Uma das principais insatisfações refere-se à complexidade da gestão em nível nacional e os atrasos frequentes no repasse das bolsas, um benefício assegurado desde a Lei nº 11.180 e ratificado pela Resolução nº 42 de 2013 do MEC. As bolsas não devem ser encaradas como o fim a ser perseguido, mas um estímulo para o desenvolvimento dos projetos. Os atrasos no repasse da verba, sem dúvida, são os maiores responsáveis pela desistência de alunos e tutores (PERES et al., 2014). Esse fato repetitivo é preocupante, uma vez que o governo se comprometeu a concedê-las, pois que faça tal repasse de forma organizada em respeito àqueles que dependem dessa remuneração para realizar suas tarefas de forma satisfatória, pois o atraso no repasse das bolsas desmotivam e até mesmo impedem a permanência de alguns alunos no Programa. Nem o próprio tutor está isento da procrastinação recorrente no envio das bolsas e repasses. Infelizmente, é comum na realidade petiana que os recursos necessários para o custeio das atividades do grupo cheguem com uma demora significativa ou nem cheguem, obstruindo o desenvolvimento dos projetos.

É fato que os atrasos dos recursos vêm se tornando cada vez mais visível e, nesse panorama, mostra aos estudantes e tutores a necessidade de uma maior articulação, na perspectiva de exigir do MEC a garantia de cumprir o compromisso com o aporte de recursos necessários a permanência do estudante em condição de atendimento ao que propõe a legislação. Contudo, as dificuldades enfrentadas pelos grupos PET vão, ainda, além da questão financeira, como exemplo cita-se o Portal do Sistema de Gerenciamento de Bolsas do PET (SIGPET) que sofre com instabilidades, arbitrariedade e falta de transparência, e não há ações de inventivo e valorização do programa na própria Instituição. Em função disso, no ano de 2015, por exemplo, ocorreu em Brasília o “Mobiliza PET” que teve o intuito de superar os óbices do programa através do contato direto com políticos e compartilhamento de experiências entre os diferentes grupos representados.

Essa característica dos estudantes e tutores de não se absterem diante dos problemas, tornam o PET um programa desafiador e enriquecedor de iniciativas coletivas e políticas, na

medida em que os seus participantes ficam estimulados e buscam soluções para facilitar as ações dos grupos. Isto porque acreditam no impacto social significativo do programa na comunidade e na formação acadêmica, o que vai ao encontro com o mencionado por Fonseca et. al. (2014): “um dos maiores desafios encontrados pelos integrantes do Programa de Educação Tutorial (PET/MEC) é promover impacto social relevante e positivo nas comunidades com as quais os trabalhos são realizados”.

Esse pensamento vai de encontro ao que foi dito pelo Grupo PET/Educação Física/UFSC, “o processo de aprendizagem no PET se manifesta como uma formação cultural para a cidadania, favorecendo a aquisição de competências em níveis mais efetivos e vivenciais por parte dos acadêmicos”, o que faz o programa cumprir seu verdadeiro papel no compromisso social e na formação do cidadão brasileiro.

A luz dessa reflexão, fica claro a constatação de a ameaça de cortes no orçamento ou a extinção do programa é uma questão constante e que se reproduz desde 1999. Esse fato encontra ressonância com a postura do governo atual, que por sua vez, agrava ainda mais a situação, na medida em que se vivencia momentos delicados em função da falta de perspectivas de investimentos nas atividades acadêmicas-científicas, o que afeta diretamente a quantidade e a qualidade das pesquisas. Diante disto, o mais otimista dos tutores ou dos petianos, em exercício plausível de futurologia, vislumbra um cenário aquém do preconizado pelos diplomas normativos.

O temor sobre o futuro do programa aumenta diante da perspectiva futura do Brasil: o país enfrenta uma das crises econômicas e políticas mais graves de sua história e as incertezas sobre os investimentos governamentais são maiores a cada dia. O campo educacional talvez seja um dos mais prejudicados pelo desequilíbrio financeiro uma vez que a educação nunca foi tratada como prioridade por nenhum dos governos que se sucederam.

Partindo de tais dispositivos, confrontaram-se os objetivos e prospecções do legislador com o atual cenário que os tutores e alunos têm que lidar para o desenvolvimento de seus projetos, estabelecendo, assim, diferenças entre o que está na lei e o que realmente acontece. Não raro, por exemplo, pode-se observar atrasos nas bolsas dos tutores que ultrapassam meses, bem como a dificuldade na disponibilização do custeio anual, o qual é essencial para a execução de todas as atividades planejadas e para a participação dos discentes nos encontros regionais e nacionais.

Nesse campo, as universidades públicas, como espaços de representação de forças e interesses coletivos, exercem uma política conjunta de responsabilidade voltada não só a segmentos tradicionalmente excluídos das ações governamentais, mas também a um processo de democratização que favoreça a inclusão de todos. A experiência da construção do conhecimento, pautada na universalização do saber, na equidade social e no empoderamento da sociedade redesenham, na universidade pública, uma nova cultura de responsabilidade social com os segmentos historicamente excluídos.

Acredita-se que, apesar das dificuldades, diferentes estratégias foram encontradas em resposta ao interesse e compromisso dos estudantes, tutores e demais atores sociais envolvidos com as atividades programadas nos projetos. Portanto, os estudos, as pesquisas e as ações extensionistas foram realizadas com ganhos em conhecimentos e competência prática, além daquelas de cunho pessoal e humanístico.

Contudo, ainda há muitos desafios, seja em termos institucionais ou nas relações entre os próprios integrantes do programa ou nas articulações com outros programas e projetos. Apesar dos esforços direcionados para a superação dos problemas e dificuldades, destaca-se a necessidade de melhor cumprimento das diretrizes do PET, maior investimento para ampliação dos grupos, priorização de verbas para evitar atrasos em repasses de bolsas e da verba de custeio e, da infraestrutura física, além de outros suportes para que as ações sejam realizadas com sucesso e qualidade. É preciso ainda uma maior valorização ao Programa de Educação Tutorial por parte da academia no mesmo patamar de outros programas, em termos de reconhecimento e motivação para estimular o interesse dos docentes e discentes em adentrarem ou permanecerem no programa.

Considerações finais

A dimensão do impacto na formação acadêmica e científica dos bolsistas é imensurável, o que demonstra ser o PET um programa diferenciado. A experiência vivenciada no PET, em tese, possibilitou a criação de uma cultura de segurança e autonomia entre os participantes, propiciando experiências que dificilmente, os alunos, teriam caso se fixassem somente nas atividades curriculares do curso.

A atuação do grupo no programa tutorial oportunizou a realização de estudos, pesquisas e ações extensionistas que muito engrandeceram a formação acadêmica e científica. Alunos que participam de projetos como o PET desenvolvem um senso ético, científico, político

e de coletividade que engrandecem o convívio social e mudam a realidade na qual estão inseridos.

É necessário, mesmo com cortes de gastos para a educação, que se otimizem as produções dos PET's, pelo benefício que traz a toda comunidade dentro e fora da universidade. É preciso preservar e estimular cada uma dessas práticas, pois o investimento em educação propicia benefícios para todos. Encerra-se este texto com o desejo e a esperança de que a educação seja colocada no patamar de prioridade de nossas políticas públicas.

Agradecimentos: os autores agradecem ao FNDE/MEC pela concessão das bolsas ao grupo.

Referências

BÁSICAS, Manual de Operações. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006. Disponível <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=338-manualorientabasicas&category_slug=pets-programa-de-educacao>. Acesso em: 27. mar. 2017.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Lei n. 11.180, de 23 de setembro de 2005.

_____. Ministério da Educação. Portaria n° 591, de 18 de junho de 2009. *Diário Oficial da União*, Brasília, 02 de agosto de 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria n° 976 de 27 de julho de 2010. *Diário Oficial União*, Brasília, 28 de julho de 2010.

_____. Ministério da Educação. Portaria n° 1.046 de 07 de novembro de 2007. *Diário Oficial União*, Brasília, 08 de novembro de 2013

_____. Ministério da Educação. Portaria n° 1.632 de 25 de setembro de 2006. *Diário Oficial União*, Brasília, 26 de setembro de 2006.

_____. Ministério da Educação. Portaria n° 2.285 de 14 de novembro de 2005. *Diário Oficial União*, Brasília, 16 de novembro de 2005.

_____. Ministério da Educação. Resolução n° 42 de 4 de novembro de 2013. *Diário Oficial União*, Brasília, 6 de novembro de 2013.

BECKER, Fernando. A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BOFF, Fernando. A origem do conhecimento e a aprendizagem escolar. Porto Alegre: Artmed, 2004.

CARVALHO, C.M.R.G. de; ARARIPE, A.B. de A.; NUNES, C.L.V.; SOUSA, J.I.N.de; SILVA, S.M.S. da; FIGUEREDO, E.M.G. Pet Integração: construindo e integrando para a formação qualificada de graduandos na UFPI. Revista Interação, Universidade Federal do Piauí, v.1, n.1.p.83-94, 2011.

Revista Extensão em Foco, n° 15, Jan/ Jul, p. 28 – 45, 2018.

CARVALHO, C.M.R.G. de. Direitos Humanos e Cidadania. Teresina: EDUFPI, 2012, 27p. (PET INTEGRAÇÃO).

CARVALHO, C.M.R.G. de.; CAMPOS, C.M.F. Alimentação segura e manipulação de alimentos. Teresina: EDUFPI, 2013, 27p. (PET INTEGRAÇÃO).

CARVALHO, C.M.R.G. de; FIGUEREDO, E.M.G.; OLIVEIRA, J.F.M. de; MELO, S. dos S.; VIEIRA, M. de O.; BARROS, D.M. de M. Educação em direitos humanos e promoção da saúde na comunidade. Revista Ciência em Extensão, v.9, n.3, p.105-114, 2013.

CARVALHO, C.M.R.G.de. Conhecendo o ambiente universitário. Teresina: EDUFPI, 2014, 33 p. (PET INTEGRAÇÃO).

FONSECA, E.M. et al. Impacto do programa de educação tutorial (pet/mec) sobre a saúde bucal em municípios do estado da Bahia. Rev. Bahiana de Odont., v.5, n.1, p.22-28, 2014.

_____. Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996, 165 p.

_____. Ação cultural para liberdade e outros escritos, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

_____. Pedagogia do oprimido. 17ª. Ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, 934 p.

FREIRE, P. Direitos Humanos e Educação Libertadora. In: FREIRE, Paulo. Pedagogia dos sonhos possíveis. Organização Ana Maria Araújo Freire. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

GRILO, E.M. Desafios da Educação: Ideias para uma política educativa no século XXI. Lisboa, Oficina do livro, 2002.

HERMIDA, J.F. O Plano Nacional de Educação (Lei 10.172), de 9 de janeiro de 2001. Educar em Revista, n.27, p.239-258, 2006.

JÓFILI, Z. Piaget, Vygotsck, Freire e a construção do conhecimento na escola. Educação: Teorias e Práticas, Ano 2, n.2, p.191-208, 2002.

LASAGNO, A. et al. Educação tutorial no ensino de graduação: um relato das experiências do Grupo PET Educação Física/UFSC. PET Educação Física. Centro de Desportos. Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/1197>. Acessado em 12 de junho de 2017.

MARTINS, I.L. Educação Tutorial no Ensino Presencial: uma análise sobre o PET. In: Ministério da Educação — MEC. PET — Programa de Educação Tutorial: Estratégias para o desenvolvimento da graduação. Brasília: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br..pet_texto_ivpdf> Acesso em 03 out. 2016.

MÜLLER, A. Qualidade no Ensino Superior: a luta em defesa do programa especial de treinamento. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2003.

MAZZILLI, S. Ensino, pesquisa e extensão: reconfiguração da universidade brasileira em tempos de redemocratizaçãodo Estado. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Goiânia, v.27, n.2, edição 221, p. 205 -221, 2011.

NEVES, Marcos Cesar Danhoni. O processo PET: correspondência de uma guerra particular. Maringá: LCV/Massoni, 2003.

POMPÉIA, R. O Ateneu. São Paulo: Scipione, 1995.

Revista Extensão em Foco, nº 15, Jan/ Jul, p. 28 – 45, 2018.

PELEIAS, I.R. et al. Interdisciplinaridade no ensino superior: análise da percepção de professores de controladoria em cursos de ciências contábeis da cidade de São Paulo. *Avaliação*, v.16, n. 3, p. 499-532, 2011.

PERES, S.M, et al. O Programa de Educação Tutorial no contexto da graduação em Computação: Perfis, percepções e reflexões. XXXIV Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, Unioeste, Cascavel, PR, p.1535-1545, 2014.

PET, Integração. Teresina, PI: Universidade Federal do Piauí, 2011. Disponível em <http://petintegracao.blogspot.com.br/2011_05_01_archive.html>. Acesso em: 27. mar. 2017.

SOUSA, R.M.; GOMES JÚNIOR, S.R. Programa de Educação Tutorial: Avanços na formação em física no Rio Grande do Norte. *Rev. Bras. Ensino Fis*, v 37, n.1, 2015.

TOSTA, R.M. et al. Programa de Educação Tutorial (PET): uma alternativa para a melhoria da graduação. *Psicol. Am. Lat.*, n.8, 2006.

UFPI, PREX. Teresina, PI. Universidade Federal do Piauí, 2010. Disponível em: <<http://ufpi.br/legislacao-prex>>. Acesso em: 27 de março de 2017.